JUSTUTOR

Questão Discursiva 05009

Determinado Ministro de Estado editou portaria detalhando as disciplinas que deveriam integrar a grade curricular da Faculdade de Direito X, bem como o conteúdo programático de cada uma delas. Para justificar a medida adotada, informou que ela se justificava pelo baixo desempenho das instituição de ensino na última avaliação realizada pelos técnicos do Ministério. Sobre a narrativa acima, responda aos itens a seguir.

A) A portaria editada pelo Ministro de Estado é materialmente constitucional?

B) Caso a Faculdade de Direito X decida insurgir-se contra a referida portaria perante o Poder Judiciário, qual a ação constitucional cabível e o juízo ou Tribunal competente, ciente da desnecessidade de outras provas, pois estritamente documental?

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Resposta #007161

Por: Wallace R. 2 de Agosto de 2022 às 12:14

A) Não. De acordo com o art. 207 da CRFB/88, as universidades gozam de autonomia didático-cietífica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Desse modo, a portaria editada está materialmente inconstitucional.

B) A ação constitucional cabível é o mandado de segurança, em razão do direito líquido e certo violado, sendo o responsável coautor o Ministro de Estado, nos termos do art 5°, inciso LXIX, da CRFB/88.